



# MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS  
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000  
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



## ANEXO I-A – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

### INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

### 1. DESCRIÇÃO/JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE

**Fundamentação: Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público. (Inciso I do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021)**

Considerando as recomendações da Organização Internacional da Saúde (OIT), do Ministério do Trabalho e Previdência e segundo a lei 6.514 de 22 de dezembro de 1977, Norma Regulamentadora nº 06, é obrigação deste município fornecer aos empregados, gratuitamente, EPI adequado ao risco, e em perfeito estado de conservação e funcionamento para assim, garantir que os servidores exerçam suas funções com a devida proteção e segurança adequada na realização de suas atividades.

Logo, se faz necessário realizar um estudo para considerar quais as principais soluções que o mercado oferece para a aquisição destes equipamentos, que, em linhas gerais, serão destinados à proteção contra riscos ocupacionais capazes de ameaçar a segurança e a saúde dos servidores lotados em funções de maior grau de risco e periculosidade no município.

### 2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

**Fundamentação: Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração; (inciso II do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)**

Embora o município de São Geraldo ainda não tenha consolidado seu Plano de Contratações Anual (PAC), a aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) encontram-se alinhados ao planejamento do Município de São Geraldo, tendo em vista que os equipamentos são para uso constante dos servidores que necessitam dos mesmos, tendo, assim, previsão orçamentária para sua realização.

### 3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

**Fundamentação: Descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução. (inciso III do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021).**

Para a contratação o requisito fundamental para aquisição dos EPIs e de demais equipamentos é que os produtos solicitados estejam de acordo com as especificações descritas no detalhamento dos itens e que tenham registro junto ao Ministério do Trabalho e Previdência, atendendo aos seus normativos (Norma Regulamentadora - 06).

Para os equipamentos que se enquadrarem, o Selo de Identificação da Conformidade do INMETRO será compulsório e deverá vir afixado no produto, ou na respectiva embalagem.

Em relação aos produtos cuja certificação é voluntária, será exigido o cumprimento dos requisitos técnicos previstos em normas do INMETRO, não sendo obrigatória a apresentação da certificação do INMETRO, podendo ser apresentadas certificações equivalentes.

#### Da exigência de amostra

Caso solicitado pela pregoeira, a licitante deverá enviar um prospecto/folder dos equipamentos ofertados, com a indicação do respectivo Certificado de Aprovação (CA) do produto, sempre que o item o exigir, comprovando através de documentos técnicos referentes aos itens, todas as características exigidas nas especificações técnicas, permitindo a manifestação fundada e conclusiva sobre a equivalência ou superioridade da solução proposta.



# MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS  
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000  
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



Caso não houver o envio do prospecto (ou folheto) com a respectiva indicação do CA do dentro do prazo estabelecido pela pregoeira, a proposta será recusada.

## Da Subcontratação

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

## Garantia da contratação

Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, uma vez que se trata de aquisição de bens comuns e a aplicação de garantias pode tornar sua execução mais complexa.

## 4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

**Fundamentação:** Estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala (inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

Para a estimativa das quantidades de cada item, foram analisados os quantitativos conforme a necessidade de cada setor que necessita fazer utilização dos referidos itens. Ademais, foi considerado o orçamento disponível para a aquisição, uma vez que estes itens são de tamanho importância para garantir a integridade física dos servidores que exercem funções com maior grau de risco e periculosidade, sendo fator que tem impacto direto na qualidade e segurança, sendo, ainda, consideradas as limitações financeiras ao planejar a programação anual.

## 5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

**Fundamentação:** Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar. (inciso V do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021).

**Levantamento de mercado, que consiste na prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções, podendo, entre outras opções:** (Art. 7º, inciso III da Portaria Municipal nº 31/2023)

Por fim, foi feita consulta aos diversos setores da administração, para obter as especificações e quantitativos necessários a fim atender a demanda de cada um, em seu respectivo planejamento de ações. Isso pode ajudar a ajustar a quantidade adequada, bem como a consulta ao histórico de aquisições anteriores para entender o que funcionou bem e o que pode ser aprimorado ou ajustado.

## 6. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

**Fundamentação:** Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação (inciso VI do § 1º da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso VI da Portaria Municipal nº 31/2023).

O valor estimado para a contratação dos itens, se deu com base com a pesquisa em bancos públicos de preços e com contratações similares por outros órgãos públicos, estando o valor proposto compatível com os preços praticados no mercado de fornecimento de equipamentos de proteção individual e segurança.

## 7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

**Fundamentação:** Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso. (inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso IV da Portaria Municipal nº 31/2023).

De modo geral, a solução para o problema já mencionado é a aquisição de EPI's com o intuito principal de proteger o servidor em situações nas quais suas atividades sejam realizadas na presença de algum risco capaz de prejudicar sua segurança e saúde.



# MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS  
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000  
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



Portanto, para que esta contratação atinja o escopo previamente eleito, a contratada deverá, além de fornecer os referidos itens:

Cumprir todas as obrigações constantes no Instrumento convocatório, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo a ser fixado no Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela contratante, de acordo com a especificação do Termo de Referência, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de condição estabelecida;

Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela contratante, atendendo prontamente a quaisquer reclamações e sugestões;

## 8. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO/OU NÃO

**Fundamentação: Justificativas para o parcelamento ou não da solução. (inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso VII da Portaria Municipal nº 31/2023).**

A solução será contratada de forma parcelada, de acordo com a necessidade do município. Os itens solicitados deverão ser entregues conforme especificações apresentadas. Os produtos deverão ser de ótima qualidade e obedecer rigorosamente: às normas e especificações constantes do processo; à descrição e quantidades; nos preços cotados deverão estar inclusos os custos de transporte, carga, descarga, seguro e quaisquer outras despesas para o fornecimento do objeto.

Será adotado o critério de julgamento por menor preço por item, conforme disposto na alínea b do inciso V do art. 40 e art. 47, §1º, ambos da Lei nº 14.133/2021, uma vez que a divisão por itens não representa perda de economia de escala e a divisão em itens se apresenta técnica e economicamente viável, uma vez que se trata de objeto divisível e existirá melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade.

## 9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

**Fundamentação: Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis; (inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)**

**Resultados pretendidos, em termos de efetividade e de desenvolvimento nacional sustentável;**

Espera-se com a contratação os servidores estejam protegidos adequadamente dos riscos e doenças ocupacionais durante a realização de suas atividades, reduzindo a probabilidade de acidentes e comorbidades relacionadas ao trabalho.

Ademais, o município pretende obter como resultados:



# MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS  
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000  
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



Cumprir as normas regulamentadoras de segurança e saúde no trabalho, evitando multas e sanções legais.

Reduzir o número de faltas ao trabalho causadas por acidentes e doenças ocupacionais, melhorando a produtividade e a eficiência dos serviços públicos.

Promover um ambiente de trabalho mais seguro e saudável, aumentando a satisfação e o moral dos servidores.

Fortalecer a imagem da prefeitura como uma entidade responsável e comprometida com a segurança e o bem-estar de seus trabalhadores.

Reduzir os custos relacionados a indenizações, tratamentos médicos e afastamentos prolongados devido a acidentes de trabalho.

## 10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

**Fundamentação:** Providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização; (inciso X do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

Não necessárias providências prévias a serem tomadas para esta contratação.

## 11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

**Fundamentação:** Contratações correlatas e/ou interdependentes. (inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

Não serão necessárias contratações correlatas para a referida aquisição.

## 12. IMPACTOS AMBIENTAIS

**Fundamentação:** Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável. (inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

**Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas de tratamento. (Art. 7º, inciso XII da Portaria Municipal nº 31/2023)**

**Impacto:** Os EPIs objetos desta contratação têm impactos ambientais que demandam cuidados específicos por ocasião do descarte.

**Medidas de tratamento:** Realizar logística de sustentabilidade e descarte adequado para os itens.

## 13. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

**Fundamentação:** Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. (inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

**Posicionamento conclusivo sobre a viabilidade e razoabilidade da contratação.**

Diante do exposto, a contratação da solução pretendida se mostra dotada de viabilidade técnica, operacional e orçamentária, estando também adequada à necessidade identificada na demanda de contratação.

São Geraldo/MG, 11 de abril de 2025.

---

**Daniela de Freitas Meireles**  
Chefe de Aquisições Públicas